



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
3ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº: 312318-4
PROCESSO EXECUÇÃO PENAL Nº 00000002-01.3018.4.00.1095
COMARCA : Recife – 1ª Vara Regional de Execução Penal
IMPETRANTES : Eduardo Lacerda Melo e Djalma da Silva Neto
PACIENTE : Alex Rafael Ramos Silva
PROCURADOR : Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATORA : Desª Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR SUBSTº : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

EMENTA - PROCESSO DE EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. ALEGAÇÃO DE DEMORA DESARRAZOADA PARA APRECIÇÃO DO PEDIDO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL. OBEDIÊNCIA À ORDEM CRONOLÓGICA ESTABELECIDA NO PLANEJAMENTO DE EFICIÊNCIA ESTABELECIDA PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. MORA RAZOÁVEL. COAÇÃO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. RELAXAMENTO DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Não configura excesso de prazo a mora razoável para a análise jurisdicional do pedido de livramento condicional, quando a Vara de Execuções Penais está submetida a normas de eficiência do CNJ e demonstra que está cumprindo todos os ditames do Projeto de Eficiência do Conselho Nacional de Justiça.

II – Ordem Denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº **0312318-4** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade**, em **denegar a ordem**, recomendando ao Juízo das Execuções Penais a **apreciação do pedido no prazo mais breve possível**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 24 de setembro de 2018.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
3ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº: 312318-4
PROCESSO EXECUÇÃO PENAL Nº 00000002-01.3018.4.00.1095
COMARCA : Recife – 1ª Vara Regional de Execução Penal
IMPETRANTES : Eduardo Lacerda Melo e Djalma da Silva Neto
PACIENTE : Alex Rafael Ramos Silva
PROCURADOR : Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATORA : Desª Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR SUBSTº : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

RELATÓRIO

Os beis. **Eduardo Lacerda Melo e Djalma da Silva Melo** interpôs ordem de Habeas Corpus liberatório, com pretensão liminar, em favor de **ALEX RAFAEL RAMOS DA SILVA**, qualificado às fls.02, alegando que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em face da demora desarrazoada por parte do Juízo de Direito da 1ª Vara Regional de Execução Penal, para apreciação do pedido de concessão do benefício do livramento condicional formulado em favor do reeducando no âmbito do Processo de Execução Penal nº 00000002-01.3018.4.00.1095.

Em suas razões, os impetrantes argumentam que o paciente cumpre pena de 04 (quatro) anos e 02 (dois) meses de reclusão, por infração ao art.155, §4º, inciso II¹, c/c o art.14, II, ambos do Código Penal, que lhe foi imposta pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes – PE.

De importante, esclarecem que, logo após o preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos legais, protocolizaram requerimento de livramento condicional em 19/04/2013, acrescentando que, embora o representante do Ministério Público tenha emitido parecer favorável à concessão do precitado benefício desde 13/05/2013, até a data da presente impetração, não houve a devida prestação jurisdicional.

A inicial veio instruída com os documentos de fls.05/19

¹ Furto

Art.155 – Subtrair, para si ou outrem, coisa alheia móvel:

§ 4º - A pena é de reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa, se o crime é cometido:

II - com Abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
3ª CÂMARA CRIMINAL

Às fls.27/28, indeferi o provimento liminar vindicado na arial e solicitei informações à autoridade coatora, que as prestou às fls.35/36.

Nesta Instância, o representante do órgão ministerial com atuação nesta instância, Dr.Adalberto Mendes Pinto Vieira, ofereceu parecer às fls.43/43-verso, opinando pela concessão da ordem.

Está feito o relatório.
Recife, 24 de setembro de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
3ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº: 312318-4
PROCESSO EXECUÇÃO PENAL Nº 00000002-01.3018.4.00.1095
COMARCA : Recife – 1ª Vara Regional de Execução Penal
IMPETRANTES : Eduardo Lacerda Melo e Djalma da Silva Neto
PACIENTE : Alex Rafael Ramos Silva
PROCURADOR : Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATORA : Desª Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR SUBSTº : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

VOTO

Em suas informações às fls.35/36, o MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Regional das Execuções Penais do Estado de Pernambuco, Dr. Luiz Gomes da Rocha Neto, mediante ofício datado de 16/08/2013, esclarece que se encontram sob a sua jurisdição cerca de 15.000 (quinze mil) processos em tramitação, além de 09 (nove) unidades prisionais, aí incluído o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e as maiores unidades prisionais do Estado de Pernambuco, unidades estas que se encontram superlotadas e com contingente sempre crescente de presos, sendo toda esta demanda absorvida por unicamente 01 (um) Magistrado, auxiliado por apenas 18 (dezoito) servidores.

O togado monocrático acrescenta que, visando a melhoria na qualidade da prestação jurisdicional, foram implementadas várias mudanças naquela unidade judiciária, dentre estas a reforma das instalações físicas, a qual ainda não se concluiu, impedindo, assim, o regular funcionamento dos trabalhos.

Além disso, noticia o informativo judicial que o sistema de informática deste Poder (JUDWIN), não atende a especificidade da Execução Penal, não gerando, por exemplo, cálculos de penas ou relatórios de benefícios.

Por fim, o MM. Juiz das Execuções Penais informa que foi implantado naquela Vara o Projeto de Eficiência do C.N.J., segundo o qual os processos são rigorosamente processados de acordo com a ordem cronológica de suas conclusões/cumprimentos.

À vista das informações prestadas, ainda que se verifique eventual mora na apreciação do requerimento de livramento condicional em tela, no meu sentir, dito retardo restou devidamente justificado ante as circunstâncias antes mencionadas.

Com efeito, constata-se que, além da evidente precariedade das condições com a qual dispõe o Juízo das Execuções Penais para desempenhar suas funções, o Magistrado vem seguindo a risca a sistemática operacional



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
3ª CÂMARA CRIMINAL

planejada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, o que, aliás, já sinaliza com ótimos resultados de produtividade, com o acréscimo de 77% no número de decisões proferidas no cerne da 1ª Vara de Execuções Penais no primeiro quadrimestre do ano em curso, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Sobre o tema, trago à colação notícia bastante esclarecedora veiculada no site do TJPE, verbis: “O juiz titular da 1ª Vara de Execuções Penais, Luiz Rocha, realizou, na tarde desta quarta-feira (15), uma reunião com advogados que atuam na área penal para apresentar as mudanças que aconteceram na vara, em cumprimento às exigências do Projeto Eficiência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na ocasião, o magistrado apresentou a produtividade da unidade e explicou no que consiste o projeto. Segundo o juiz, até dezembro de 2012, a vara possuía 13.957 processos. Em todo o ano foram 5.462 despachos de decisões e 944 sentenças. O magistrado assumiu a vara em fevereiro deste ano e promoveu, desde então, um processo de modificação que abrangeu a ampliação e reestruturação do espaço físico e práticas de trabalho dos servidores. Agora, cada servidor fica responsável por um grupo de processo e responde por suas movimentações. No total, existem 10 grupos. Na vara, trabalham 18 servidores atualmente. As mudanças já apresentam resultados. De acordo com o magistrado Luiz Rocha, apenas nesse quadrimestre a vara apresentou um incremento de cerca de 80% nas decisões de despacho e 55% na prolação de sentença em comparação a todo o ano de 2012. De janeiro a abril desse ano, foram mais de 3.200 despachos de decisões, uma média de 802 por mês. Quanto à sentença, foram 489 até agora. O juiz ainda explicou que dão entrada, por mês, cerca de 250 cartas de guias. Esse documento habilita o início da execução da pena. Segundo o magistrado, a partir do último dia dois de maio, foi implantado, rigorosamente, o projeto de eficiência do CNJ. Um dos pontos diz respeito a ordem cronológica das ações. Ou seja, os processos devem chegar para o despacho com o juiz levando em consideração a data da sua entrada. Para Luiz Rocha, essa mudança busca a igualdade entre a população carcerária. “Não importa se tem advogado ou defensor público. As condições serão iguais para todos. O que aconteceu foi a democratização e a humanização na prestação jurisdicional que a vara tem pra dar, na medida em que todos passaram a ser tratados de maneira igualitária”, declarou. Muitos advogados estão estranhando o tempo para ter seus pedidos apreciados, mas Luiz Rocha explica que os processos não estão parados. A questão é que já existem outros processos na vez, que deram entrada antes e devem ser atendidos primeiros. Foi para esclarecer essas dúvidas e explicar o que é o projeto eficiência que o magistrado se reuniu com os cerca de 30 advogados. Também estiveram presentes na reunião o presidente da comissão de prerrogativa da OAB e um representante da Associação de Advogados Criminalistas. O juiz ainda agradeceu o apoio da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco e suas diretorias na realização de todas as mudanças na vara. “É importante ressaltar que esses resultados são consequências do trabalho em conjunto, dentro da própria vara com o apoio dos servidores e também com a Presidência do tribunal e suas diretorias”, afirmou. As mudanças também foram implantadas na 2ª Vara de Execuções Penais em outubro de 2012. Projeto Eficiência Criado em 2011 pelo CNJ, o projeto tem por objetivo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
3ª CÂMARA CRIMINAL

dar maior celeridade e qualidade ao serviço jurisdicional cartorário. Para isso, são implantados método e rotina de trabalho de forma racionalizada, padronizada e equilibrada." http://www.tjpe.jus.br/noticias/ascmSY/ver_noticia.asp?id=9308

Destarte, considerando que o plano de eficiência do CNJ já demonstra resultados satisfatórios na produtividade da referida Vara de Execuções, não resta dúvida de que a presente impetração pretende, na verdade, é obter tratamento "excepcionalismo diferenciado", não se verificando, por tal motivo, o constrangimento ilegal guerreado, ao menos até o presente momento.

A propósito, destaco que, em caso similar, esta 3ª Câmara Criminal, sob minha relatoria, assim decidiu: "**PENAL. HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO CONCESSÃO DO INDULTO. RELAXAMENTO DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. I - Não configura excesso de prazo a mora razoável para a análise jurisdicional do pedido de indulto, quando a Vara de Execuções Penais está submetida a normas de eficiência do CNJ e demonstra que está cumprindo todos os ditames do Projeto de Eficiência do Conselho Nacional de Justiça. II - Ordem Denegada. Decisão Unânime. Recife, 31 de julho de 2013. Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida Relator Substituto**". (HC nº 308015-9, julgamento em 31/07/2013, publicado em 06/08/2013).

Ante o exposto, ousa dissentir do entendimento externado pelo douto Procurador de Justiça, para votar pela denegação da ordem, determinando, porém, seja oficiado ao Juízo de Direito da 1ª Vara Regional de Execução Penal, recomendando-o que adote as necessárias providências para apreciar o pedido em tela, no prazo mais breve possível.

É como voto

Recife, 24 de setembro de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Substituto